

O que os partidos propõem?

Oque os partidos políticos pensam sobre os problemas do trabalho, da moradia e dos transportes?

Nós fomos buscar a resposta a esta pergunta nos programas que eles registraram e publicaram no Diário Oficial. Alguns dos programas são menos detalhados e, por isto, as suas propostas específicas sobre aqueles três temas não aparecem no nosso levantamento.

Mesmo assim, você poderá perceber que, de maneira geral, todos os partidos, independentemente de suas tendências políticas, prometem lutar para que vivamos no melhor dos mundos. E aqui lançamos uma questão muito importante neste ano da Constituinte: será que as promessas dos partidos — e de seus candidatos — são suficientes para que você decida em quem votar, ou é necessária alguma coisa a mais?

TRABALHO

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Liberdade e autonomia para as organizações sindicais. Direito à organização nos locais de trabalho e à Central Única dos Trabalhadores. Manutenção da pluralidade política na vida sindical. Direito de greve e contratação coletiva mediante negociação direta entre empregados e empregadores. Política salarial que assegure reajustes à base do real aumento do custo de vida e da produtividade. Fixação do salário mínimo às demandas da família trabalhadora.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Semana de trabalho de 40 horas. Salário igual para trabalho igual. Estabilidade no emprego. Liberdade sindical. Direito de sindicalização dos funcionários públicos. Previdência social dirigida e fiscalizada por entidades de classe. Melhoria dos benefícios assistenciais, aposentadorias e pensões. Direitos iguais para os trabalhadores urbanos e rurais (salário, assistência social e previdenciária, seguro-desemprego e 13º salário).

PARTIDO COMUNITÁRIO NACIONAL - Salário justo e condigno e estabilidade no emprego a todos os trabalhadores.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO - Maior estabilidade no emprego. Sindicalização obrigatória. Direito de greve como último recurso. Assistência total aos desempregados. Participação dos trabalhadores nos lucros e na administração das empresas. Amparo total à mãe trabalhadora. Representação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho e órgãos de classe. Reestruturação do funcionalismo.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - Política de geração de empregos nos setores mais dinâmicos da agropecuária, indústria e serviços, integrada à uma política de reintegração da população marginalizada. Direito de greve. Liberdade sindical. Participação do trabalhador nos lucros e na gestão da empresa, desde que livremente negociada entre patrões e empregados. Defesa do poder aquisitivo dos salários. Política de desenvolvimento econômico, de desconcentração da renda e da riqueza.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - Obtenção do pleno emprego através da intervenção do Estado na política de investimentos. Aumento substancial do salário mínimo, calculado através de critérios elaborados com a participação de entidades de classe. Elaboração de novo Código do Trabalho com a efetiva participação das entidades sindicais. Liberdade sindical, com a criação de uma Central Única dos Trabalhadores. Direito de greve. Livre negociação coletiva do trabalho entre empregadores e empregados. Eliminação gradual do imposto sindical. Salários iguais para trabalhos iguais. Semana de 40 horas. 13º salário para todos. Proteção especial à mulher e ao menor. Reforma da Justiça do Trabalho.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - Política de emprego que considere a concessão de tratamento favorecido aos setores e unidades produtivas com maior capacidade de absorção de mão-de-obra e à pequena e média empresas. Política salarial com ganhos reais de produtividade. Fixação do salário mínimo como contrapartida adequada



Estado de um Eleitor em 1839

ao trabalho e à sobrevivência do trabalhador. Ampla liberdade sindical, sem prejuízo do papel desempenhado pela Justiça do Trabalho no encaminhamento de conflitos trabalhistas. Reformulação da legislação trabalhista. Política de valorização dos servidores públicos.

PARTIDO HUMANISTA - Criação de cooperativas de produção, de serviços e de consumo, sob modelos de co-gestão com o apoio do Estado. Pluralidade sindical na confederação de trabalhadores.

PARTIDO DA JUVENTUDE - Estabilidade no emprego, não sendo permitida a demissão por justa causa.

PARTIDO LIBERAL - Participação do trabalhador nos lucros e na gestão da empresa. Autonomia sindical. Greve como direito legítimo e último recurso. Aposentadoria integral. Acesso ao funcionalismo público através de concurso, exceto para os cargos de confiança.

PARTIDO LIBERAL BRASILEIRO - Uso do setor agropecuário como o principal responsável pela absorção de mão-de-obra, pela distribuição da renda e pela formação de estoques para a exportação. Criação de centrais de emprego que facilitem o acesso ao trabalho em nível nacional. Favorecer a pequena e a média empresa.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - Autonomia dos sindicatos. Negociação livre e direta entre patrões e empregados. Instituição do delegado sindical ou comissão de trabalhadores. Direito de greve. Controle do FGTS e do PIS/PASEP pelos trabalhadores. Estabilidade no emprego.

PARTIDO MUNICIPALISTA BRASILEIRO - Distribuição social da renda e exigência de investimentos produtivos da riqueza. Fortalecimento dos salários reais da população trabalhadora da cidade e do campo. Sindicalização obrigatória e autônoma sindical. Revisão do tempo de serviço para a aposentadoria. Direito de greve. Re-

formulação do seguro de acidentes de trabalho. Participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa. Estabilidade e condições para o exercício da produção.

PARTIDO MUNICIPALISTA COMUNITÁRIO - Estabilidade de remuneração. Acesso de todos ao trabalho. Aposentadoria compatível com a classe ativa da profissão do empregado.

PARTIDO NACIONALISTA - Montagem de sindicatos nacionais de empresários e trabalhadores. Atuação do sindicato nacional de maneira a incluir os trabalhadores nas empresas e eliminar os antagonismos e conflitos. Ligação entre o Estado e a empresa no desencadeamento de uma grande produção.

PARTIDO NACIONALISTA DEMOCRÁTICO - Autonomia sindical. Direito de greve. Garantia do direito ao trabalho. Criação de empregos em sociedades de economia mista. Sistema de indenização ao empregado não optante pelo FGTS. Melhoria do salário-família e do FGTS. Criação de quatro turnos de seis horas. Aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho e do homem aos 30 anos. Aposentadoria para a dona-de-casa. Dois meses de férias por ano. Melhorar a concessão de produtividade. Aumento do piso salarial dos trabalhadores. Livre negociação nos contratos coletivos de trabalho. Aperfeiçoamento da CLT.

PARTIDO DA NOVA REPÚBLICA - Limitação da interferência do Estado na economia. Obrigatoriedade de se empregarem negros e brancos, levando-se em conta o nível de instrução. Facilitar o emprego de menores.

PARTIDO DO POVO BRASILEIRO - Uma nova CLT. Um novo Estatuto do Funcionalismo Civil. Sindicatos sem subordinação ao Governo. Fim da contribuição sindical obrigatória. Participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Direito de greve.

PARTIDO RENOVADOR PROGRESSISTA - Direito ao trabalho

com justo salário.

PARTIDO SOCIALISTA - Participação dos assalariados nos lucros e na gestão das empresas. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

PARTIDO SOCIALISTA AGRÁRIO E RENOVADOR TRABALHISTA - Direito de greve. Liberdade de organização sindical, sem a tutela política do Governo. Colocação do Ministério Trabalho como um órgão a serviço dos empregados. Criação de uma Justiça paritária exclusiva do trabalhador rural.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - Garantia do direito de trabalho e do direito de greve. Liberdade e autonomia sindicais. Progressiva eliminação das diferenças entre o trabalho manual e o intelectual. O cidadão, assim, prestará à sociedade o máximo de serviços dentro das suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de sua liberdade quanto à escolha da empresa e natureza da ocupação.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - Plena autonomia aos sindicatos. Livre negociação entre trabalhador e patrão. Abolição da cobrança de água e luz em bairros de população de baixa renda. Eliminação de todas as diferenças entre trabalhador rural e urbano. Fortalecimento dos órgãos de representação rural. Participação do trabalhador nos lucros das empresas.

PARTIDO DA NOVA REPÚBLICA - Nova legislação condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. Extensão de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - Desenvolvimento e fortalecimento de um sindicalismo autêntico, livre, horizontal, democrático e uno. Direito de todos às oportunidades de trabalho, salário justo e estabilidade no emprego. Reformulação da CLT, respeitando a filosofia de amparo ao assalariado.

PARTIDO TANCREDISTA NACIONAL - Retomada do processo de desenvolvimento. Garantia do trabalho com salários reais.

PARTIDO TRABALHISTA REFORMADOR - Aposentadoria e pensão não inferiores a três salários mínimos. Seguro social obrigatório. Elevação do trabalhador rural. Criação de residências operárias juntão aos locais de trabalho. Participação dos trabalhadores no lucro, no capital e na administração das empresas. Indenização triplicada por despedida injusta. Direito de greve, esgotados os recursos de conciliação e arbitragem. Garantia do caráter privado, da liberdade e da pluralidade das associações profissionais e sindicatos. Resolução dos conflitos entre o capital e o trabalho pela Justiça do Trabalho.

PARTIDO TRABALHISTA RENOVADOR - Subordinação da política tributária e do planejamento econômico à necessidade de criação de empregos. Geração de novos pólos produtivos e frentes de trabalho. Gestão, pelos trabalhadores, dos fundos sociais. Reestruturação da Previdência Social e da legislação trabalhista, criando-se o Código Nacional do Trabalho. Jornada de 40 horas. Livres negociações coletivas nos contratos de trabalho. Autonomia sindical. Abolição do imposto ou contribuição sindical obrigatória. Definição dos critérios de participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Direito de greve. Pensões e aposentadorias equiparadas aos salários corrigidos. Extensão ao trabalhador rural dos benefícios da previdência.

TRANSPORTE

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - Enfase nos meios de massa, na circulação ferroviária e hidroviária. Política de transportes conectada à preservação da Natureza.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO - Investimentos destinados às construções de ferrovias e rodovias.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - Política integrada para o setor, consideradas as restrições energéticas. Melhor atendimento à população de baixa renda.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - Diminuição da dependência do petróleo. Fortalecimento do transporte ferroviário e hidroviário. Eliminação dos desperdícios na circulação de mercadorias. Favorecimento do transporte coletivo.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - Objetivar a integração inter-regional, e inter-modal minimizando custos energéticos e possibilitando um mais eficiente escoamento da produção, além de, nos centros urbanos, servir adequadamente à comunidade.

PARTIDO LIBERAL - Transporte urbano deve ser um serviço comum e fundamental que cabe ao Estado prestar. Criação do sistema gratuito de transporte urbano.

PARTIDO LIBERAL BRASILEIRO - Política que facilite a circulação de mercadorias e gere empregos, mas tenha em vista a integração dos diferentes meios e a minimização dos gastos de energia.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - Privilegiar o transporte coletivo em detrimento